

IDECI - Instituto para o  
Desenvolvimento, Cultura e Ciência



Alto Alentejo 2030: Abordagem Integrada de  
Desenvolvimento

Prioridades e intervenções de suporte à definição de um  
quadro de referência para os instrumentos de  
financiamento nacionais e europeus

## Introdução

A reindustrialização da Europa pode ser a última grande oportunidade para a industrialização de Portugal. É fundamental aproveitar este tempo para lançar a recuperação e a economia do futuro com base na reconversão da indústria nacional. Assim como é tempo de criar as condições para que as regiões do interior do país tenham agora a sua oportunidade de, definitivamente, começarem a ver minimizados alguns dos constrangimentos que têm sentido, quer pela constante perda populacional, pelo envelhecimento das suas gentes, pela reduzida capacidade competitiva do tecido empresarial, quer por políticas governamentais mais pensadas em função do litoral do país do que nas regiões delas mais afastadas.

O Alto Alentejo é uma das zonas do interior do país com muitas dessas debilidades e, por isso, **não poderá agora - porque é agora... ou nunca! - deixar de ser devidamente tida em conta na preparação de medidas conducentes ao tão desejado e necessário desenvolvimento, seja no âmbito do Programa Operacional Regional (POR Alentejo) e dos Programas Operacionais Setoriais (POSEUR, POISE e POCH), em vigor ou a desenhar até ao fim da presente década, seja do Plano de Recuperação e Resiliência - desenvolvimento que convirá que seja concebido e concretizado na perspetiva de que as medidas a tomar apenas terão sucesso se se basearem também numa recuperação de valores humanistas, entre os quais a solidariedade, a coesão, a proximidade, e através de um maior investimento na Cultura.**

O texto **“Agora ou Nunca!”** que adiante se apresenta - redigido pelo Presidente do IDECI, Instituto para o Desenvolvimento, Cultura e Ciência, na sequência da divulgação do referido plano - foi dirigido a todos os seus membros para reflexão e apresentação de propostas. É, pois, destas contribuições que foram retiradas as áreas temáticas a seguir elencadas, consideradas estruturantes para o desenvolvimento da cidade de Portalegre e do Distrito de que é capital.

Assim, é com o sentimento de exercer um direito e um dever de cidadania que o IDECI apresenta as propostas contidas em cada uma das referidas áreas, esperando, como referido anteriormente, que as mesmas – depois de serem dadas a conhecer às diversas

instituições do Distrito - mereçam uma especial atenção por parte do Governo e de todas as entidades com capacidade de sobre elas decidirem.

### **A - Áreas Temáticas propostas**

1. Infraestruturas de comunicação: ferroviárias e rodoviárias;
2. Recursos hídricos;
3. Equipamentos de saúde;
4. Atração para jovens;
5. Património;
6. Valorização da Natureza;
7. Interação da Administração Pública-Iniciativa privada-Terceiro setor da economia (economia social);
8. Concertação institucional e investimento na empregabilidade.

### **B - Resumo das áreas temáticas propostas para intervenção**

#### **1. Infraestruturas de comunicação:**

##### **Ferrovíarias:**

- i) Adequação da linha do leste para circulação de um comboio intercidades entre Elvas e as grandes metrópoles de Lisboa e do Porto;
- ii) Criação de uma ligação Elvas-Portalegre-Ponte de Sor- Abrantes-Entroncamento para Lisboa e para o Porto. Esta ligação será sem dúvida crucial para o desenvolvimento da região, permitindo também um maior aprofundamento nas relações entre a grande metrópole, que é a Extremadura espanhola, e as principais cidades do nosso país;
- iii) Necessidade de deslocação das estações ferroviárias para junto das cidades, facilitando assim o acesso aos utentes.

### **Rodoviárias:**

- i) Ligação de Portalegre por autoestrada às já existentes A6 e A23, (com base no traçado do IP2), a qual permitirá que esta cidade fique ligada à rede de autoestradas de Portugal;
- ii) Conclusão do IC13.

### **2. Recursos hídricos:**

- i) Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão, através da construção da barragem do Pisão;
- ii) Programa sub-regional de reabilitação de infraestruturas de abastecimento para aumento da eficiência hídrica.

### **3. Equipamentos de saúde**

Ampliação e modernização do Hospital Distrital de Portalegre e reforço das suas especialidades e do quadro de recursos humanos.

### **4. Atração para os jovens**

Criação de condições para uma educação de qualidade, voltada para o futuro, com tecnologias indissociáveis da vida das pessoas e em rede ampla de parceiros ao redor do mundo, e de oportunidades que contribuam

- a) para que jovens locais não abandonem as zonas de baixa densidade populacional;
- b) assim como contribuam para a atração igualmente de jovens de outras regiões ou de outros países para cidades, como é o caso de Portalegre.

### **5. Património**

#### **Artístico-cultural:**

- i) Realização de eventos culturais que consigam promover os «produtos da terra» numa dimensão de produção, escoamento e comercialização, em

cenário de Tradição-Contemporaneidade, assentes nas comunidades de base territorial;

- ii) Reabilitação das Artes e Ofícios tradicionais – num plano de igualdade operacional com as indústrias digitais, bem como as Indústrias culturais e criativas;
- iii) Introdução de novas tecnologias nas indústrias tradicionais vitais, compatibilizáveis com a industrialização e a reindustrialização - em curso e que se pretende promover - por forma a revitalizá-las e torná-las rentáveis. Um bom exemplo a ter em conta: as **Tapeçarias de Portalegre** – um ícone de Portalegre, da região e do país, em risco de desaparecimento;
- iv) Formação para a Cultura do emprego, da reindustrialização, dos serviços de proximidade (que são os serviços resilientes); formação para a Cultura das expressões artísticas, para a Cultura da investigação, do ensino e ciência, para a Cultura ambiental, para a Cultura económica (não centrada em monoculturas) para, em suma, a Cultura Local;

#### **Arqueológico e industrial:**

Requalificação e revitalização do Espaço Robinson, dando concretização às recomendações feitas ao Governo pela Assembleia da República, através da Resolução nº 70, publicada em Diário da República, no dia 16 de março de 2018 - Resolução que nunca “passou do papel” e, portanto, não foi vetor de desenvolvimento em Portalegre e na região.

#### **Arquitetónico:**

- i) Recuperação das casas degradadas do soco histórico de Portalegre;
- ii) Recuperação das casas antigas senhoriais, brasonadas de Portalegre;
- iii) Criação de um parque de estacionamento subterrâneo que possa dinamizar a zona histórica da cidade de Portalegre;
- iv) Instalação de um tapete rolante, coberto e em ambos os sentidos, nas zonas pedonais entre o Café Alentejano e o Hotel José Régio, com o objetivo de contribuir para a revitalização dos espaços comerciais, assim como da

reabilitação das muitas habitações, nelas existentes, atualmente desabitadas.

**6. Valorização da Natureza** – Criação de um programa integrado de proteção, promoção e valorização do Parque Natural da Serra de São Mamede, o qual entre outras medidas inclua:

- i) Formação de guias turístico-ambientais da Serra de S. Mamede que possam dar a conhecer a sua riqueza ambiental;
- ii) Existência de comboios turísticos, à semelhança de outras localidades, que permitam fazer percursos turísticos, guiados, na Serra de S. Mamede;
- iii) Recuperação da ermida-mosteiro beneditino, na freguesia do Reguengo, fundado no século VI ou VII (encontra-se atualmente em ruínas);
- iv) Recuperação dos antigos fornos de cal, nas Caleiras da Escusa, de grande importância no século passado. Estes fornos destinavam-se à produção de cal, a qual se destinava a abastecer a região, assim como outras regiões do País. Atualmente em número de 9, situam-se junto de um afloramento de calcário dolomítico.

**7. Administração Pública mais eficiente** – Através de mais tecnologias, redução da burocracia e melhor formação do seu pessoal; maior interação com a iniciativa privada e a economia social.

**8. Concertação institucional e investimento na empregabilidade** – Como fator de estabilidade para os residentes e de atração para os talentos que urge fixar na região.

# Contribuições dos Associados



## Texto 1 - José Manuel B.H. Faria Paixão

Agora ou Nunca!

A reindustrialização da Europa pode ser a última grande oportunidade para a industrialização de Portugal. É fundamental aproveitar este tempo para lançar a recuperação e a economia do futuro com base na reconversão da indústria nacional.

O plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030, vai determinar a aplicação dos 45,1 mil milhões de euros que o país receberá nos próximos sete anos. O documento tem enorme utilidade, visto que apresenta uma visão universal para a recuperação. Encontram-se definidos os vectores de atracção e medidas para todos os sectores vitais da sociedade.

Desta forma, destaco dois desses vectores: o investimento na rede de infraestruturas e na transição digital. Relativamente à transição digital a pandemia veio acelerar e fortalecer a sua importância; de facto, necessitamos de promover a requalificação do país, a transformação do tecido empresarial e colocar mais novas tecnologias na administração pública, reduzindo assim a burocracia conhecida e os custos daí inerentes. No tocante às redes de infraestruturas terão que ser feitas opções, sendo fundamental o sector do transporte de mercadorias, como forma muito importante para a economia nacional, bem como, a mobilidade de pessoas em segmentos estratégicos para Portugal.

Neste prisma tem que se enquadrar o desenvolvimento do interior, referindo mais precisamente no desenvolvimento da região de Portalegre, minha cidade natal.

Irei abordar dois temas que há muito constituem preocupação das gentes desta região, faço-o para apelar ao sentido de oportunidade que a actual situação exige.

Foquemo-nos nas necessidades relativas ao melhoramento em rodovias e ferrovias que permitam de forma pragmática o desenvolvimento do norte alentejano.

Em termos de rodovias é imprescindível a ligação de Portalegre por auto-estrada às já existentes A6 e A23, permitindo a esta cidade ligar-se á rede de auto-estradas de Portugal. Não se compreende a falta destas duas ligações, pois tratam-se de apenas 120 Km com custos muito inferiores a outros troços construídos em vários pontos do país.

Em termos de ferrovia é necessário a adequação da linha do leste para a instalação de um inter-cidades entre Elvas e as grandes metrópoles de Lisboa e do Porto. A criação de uma ligação Elvas-Portalegre-Ponte de Sôr- Abrantes-Entroncamento para Lisboa e para o Porto será sem dúvida um dos passos mais importantes para o desenvolvimento tão desejado. Refira-se ainda, que desta forma se estabelece mais uma ligação entre a grande metrópole que é a Extremadura espanhola com as principais cidades do nosso país. A jusante deste projecto é necessária a deslocação das estações ferroviárias para junto das cidades, permitindo assim um acesso mais fácil aos utentes.

Muito mais se podia escrever sobre estes dois projectos, mas de facto a sua importância é tão objectiva que julgo não ser necessário alongar-me.

Apelo assim às instituições desta região que não percam tempo com questões acessórias, mas sim que unam esforços para obter o essencial. Desta união resultará de certeza o desenvolvimento tão desejado pelas nossas gentes.

É agora ou nunca!

## Texto 2 - Diogo Serra

(Contributo recebido em 28 de agosto)

Estimado amigo,

Quero manifestar-lhe a minha alegria ao receber a sua mensagem que entendo como manifestação do seu restabelecimento.

Em relação ao texto estou totalmente de acordo sugerindo apenas que lhe sejam retiradas as expressões de carácter pessoal uma vez que ele vai ser apresentado em nome do IDECI.

Um abraço

Diogo J. Serra

### Texto 3 - Ingelore Scheunemann

(Contributo recebido em 30 de outubro)

Senhor Presidente do IDECI

Professor José Manuel Faria Paixão

Com satisfação leio o documento "Propostas para intervenção, no Distrito de Portalegre, no âmbito do Plano Nacional de Investimentos 2030", resultante da contribuição de associados do IDECI. Nele, é possível detectar que as propostas de intervenção foram feitas por pessoas que conhecem profundamente a região, portanto, plenamente consoantes com as necessidades e perspectivas para o Distrito de Portalegre.

Tendo em conta que a reunião para apresentação do documento não será realizada, por motivos sobejamente conhecidos e vivenciados por todos nós, animo-me a expressar, a seguir, uma observação, advinda do "vício" de quem foi e ainda se enquadra na área da educação:

\* compreendo que uma cidade ou região adquiere maior dinamismo quando os jovens locais não a deixam, e jovens de outras regiões ou mesmo países sentem-se atraídos para tal lugar e que, certamente, isto ocorre pela oportunidade de trabalho e crescimento profissional e pessoal, o que depende da criação de oportunidades derivadas do dinamismo económico,

\* no entanto, a atual situação mundial - pandemia com as mudanças comportamentais que está induzindo- tem apontado que as pessoas buscarão cidades menores para viver, onde encontram ambientes mais abertos, menor concentração de habitantes, etc. que é o caso de Portalegre,

\* assim, a educação, de qualidade, voltada ao futuro onde as tecnologias serão parte indissociável de nossa vida, que conte com uma rede ampla de parceiros ao redor do mundo, abre oportunidades infinitas para os jovens e se torna um fator de base para impulsionar, de forma permanente, outros tantos indispensáveis projetos que visam o desenvolvimento da região.

Sou sabedora da qualidade e dinamismo do Instituto Politécnico de Portalegre, bem como das escolas de ensino fundamental e médio de Portalegre mas, um avanço mais rápido para tornar o setor *pari passu* com outros lugares de liderança no mundo, exige investimento, difícil sempre de ser encontrado. Talvez o momento possa ajudar, em que os fundos europeus se farão presentes para a recuperação pós- pandemia.

Congratulo-me com a direção do IDECI pela iniciativa e pelos resultados obtidos.

Receba meu fraternal abraço.

Ingelore Scheunemann

#### **Texto 4 - José Carita Monteiro**

(Contributo recebido em 4 de outubro)

Li e reli atentamente o projecto de artigo elaborado pelo Dr. Faria Paixão versando as necessidades evidentes do Distrito de Portalegre no que diz respeito à rede de infraestruturas fundamentais a um desenvolvimento coesivo.

No que tem de fundamental não vejo necessidade de qualquer correcção ou acrescento. Um ou outro pormenor que valoraria a ligação à rede de alta-velocidade europeia, ou até ao facilitar das naturais deslocações de estudantes (e famílias) no âmbito do programa Erasmus, relevantes quer para os portugueses quer para os espanhóis e outros, penso que estão implícitas.

Melhores cumprimentos.

## Texto 5 - José Travassos

(Contributo recebido em 13 de setembro)

### A Fábrica Robinson de Portalegre

#### Uma Resolução da Assembleia da República não concretizada pelo Governo

#### Introdução

A Assembleia da República aprovou, em 27 de novembro de 2017, a Resolução nº 70, publicada em Diário da República em 16 de março de 2018, recomendando ao Governo que tomasse medidas que permitam a preservação e valorização do património industrial da Fábrica Robinson.

Para relevar como a referida Resolução “ficou no papel”, na sua totalidade – prejudicando de forma dificilmente reparável a cidade de Portalegre e todo o seu Distrito - apresenta-se o texto da mesma subdividido nas atividades recomendadas, destacando a negrito as ações e os intervenientes que nelas deveriam ter participado.

Após a transcrição de partes do referido documento parlamentar, inscrevem-se neste texto duas breves seções: uma, que faz a análise, retira conclusões e apela a intervenções urgentes na Fábrica Robinson; outra, que refere duas iniciativas tomadas fora do âmbito da Resolução de março de 2018.

#### I - Transcrição de parte da Resolução

Concretamente, os Senhores Deputados recomendaram ao Governo que:

1. **Promova o diagnóstico da situação do património industrial e do edificado da Fábrica Robinson**, parte do conjunto classificado de interesse público que integra a Igreja e o antigo Convento de São Francisco,
  - **calendarize uma intervenção urgente para garantir a sua salvaguarda**

- determine as medidas provisórias ou técnicas de proteção indispensáveis e adequadas para o efeito, nomeadamente as que revelam maior urgência.
- 2. Garanta as obras necessárias e fulcrais para assegurar a proteção e segurança imediatas do edificado e do espólio da Fábrica Robinson, em especial das chaminés, do telhado e das máquinas, face a intempéries, atos de vandalismo ou outras situações suscetíveis de causar perdas e danos irreparáveis a este valioso património arqueológico, industrial e corticeiro.
- 3. Mobilize nomeadamente recursos financeiros, com vista aos trabalhos de proteção, conservação e valorização dos bens que integram o referido património no âmbito da Lei de Bases do Património cultural, em com as demais normas estabelecidas sobre a matéria e sob a orientação dos serviços competentes.
- 4. Adote as medidas de requalificação e revitalização do património da chamada “Fábrica da Rolha”, nomeadamente dando novas funcionalidades aos seus sete hectares e tornando-os um recurso de desenvolvimento local, regional e nacional.
- 5. Desenvolva, em colaboração com a Fundação Robinson, a Câmara Municipal de Portalegre, instituições científicas, educativas, associativas sindicais, empresariais e outras entidades, a nível local e nacional, o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património material e imaterial que a fábrica da Sociedade Corticeira Robinson Bros S.A. incorpora e representa, ímpar na região e em Portugal, dignificando a sua dimensão de espaço museográfico.

Aprovada em 28 de novembro de 2017.

O Presidente da Assembleia da República,

Eduardo Ferro Rodrigues

## II - Análise da Resolução, algumas ilações e um forte apelo

Como é claramente reconhecido no texto aprovado na Assembleia da República, a Fábrica Robinson é um *“espaço ímpar”*, na região e em Portugal, que urge proteger *“face às intempéries, atos de vandalismo ou outras situações suscetíveis de causar perdas e*

*danos irreparáveis a este valioso património arqueológico, industrial e corticeiro”, para se tornar em “um recurso de desenvolvimento local, regional e nacional”.*

Igualmente, é nele reconhecida a qualidade deste *“conjunto classificado de interesse público”,* que deve ser salvaguardado, tudo sendo feito com *“ a maior urgência”, “em harmonia com as demais normas estabelecidas sobre a matéria e sob a orientação dos serviços competentes”.*

Decorridos quase três anos sobre a aprovação desta Resolução, e considerando que rigorosamente nada foi feito para, pelo menos, iniciar o diagnóstico do que urgia fazer, e se aconselhava, algumas ilações devem ser retiradas, sabendo-se que na Região Alentejo existe uma Direção Regional de Cultura – portanto um Serviço do Estado próximo da Fábrica, necessariamente conhecedor do estado de degradação em que se encontrava - que deveria ter-se focado no texto parlamentar em apreço e, em colaboração com todas as entidades mencionadas no Ponto 5, propor à tutela as primeiras “medidas provisórias” conducentes a um plano que desse concretização, posteriormente, aos objetivos claramente recomendados.

A ausência das intervenções recomendadas levou a uma constante deterioração do património arqueológico e industrial da “Fábrica da Rolha” - hoje em muito pior estado do que há três anos! - não se vislumbrando, presentemente, que o mesmo ainda possa ser salvaguardado e revitalizado, assim como não será estudado, mais aprofundadamente, o que já foi o seu património cultural, legado pela Família Robinson, uma família de verdadeiros empreendedores industriais no seu tempo, dotados de um espírito filantrópico que a cidade, depois deles, infelizmente não voltou a registar nos seus cidadãos residentes ou a elas indiretamente ligados.

Assim sendo, **pretende-se que as intervenções recomendadas - portanto também recomendadas pelos dois deputados do Distrito - sejam efetivamente concretizadas, a par de outras provavelmente já identificadas para o Distrito de Portalegre.**

Nada fazer no atual contexto, propício à criação de condições promotoras de desenvolvimento, significará que de pouco valem algumas deliberações tomadas na Casa da Democracia, mesmo quando elas se revestem de importância vital, como é a Resolução em causa.

Nada fazer, significará igualmente não tomar em consideração o que as diferentes Convenções para a defesa do património cultural defendem ao estabelecerem orientações para que, em qualquer parte do mundo, o património cultural não se perca e seja acarinhado.

O IDECI, Instituto para o Desenvolvimento da Cultura e Ciência, não pode, assim, deixar de colocar “ o dedo na ferida” imensa, causada pela ineficiência dos órgãos do Estado - ferida visível, a céu aberto, na cidade cantada por Régio, como não pode deixar de reconhecer o que estas Convenções afirmam ao sublinharem que é um dever e um direito dos cidadãos defenderem este património nas áreas em que vivem, tudo fazendo para que o mesmo possa ser usufruído no presente e conservado para ser passado às gerações futuras.

Por assim pensarmos no IDECI, **apelamos veementemente a que através do referido plano de recuperação o espaço Robinson seja intervencionado, no mais curto espaço de tempo... antes que seja tarde, e que tudo não seja mais do que pedra sobre pedra!**

### **III - Atividades desenvolvidas em prol do espaço Robinson, fora do âmbito da Resolução**

Se na análise anterior constatamos que a Resolução não foi concretizada, conforme recomendado, deverá ser no entanto afirmado que, pelo menos, duas iniciativas foram tomadas, no período posterior à aprovação da referida Resolução. A saber:

1 – Com a data de 1 de março de 2019, a Presidente da APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial), Professora Doutora Leonor Medeiros, juntamente com a Dr.ª Sofia Macedo, a pedido da Fundação Robinson, apresentaram um documento da maior importância intitulado, “*Linhas Estratégicas de Intervenção e Valorização do Património Industrial da Fábrica de Cortiça Robinson, Portalegre*”. Este documento foi elaborado sem qualquer custo para a referida Fundação.

Tendo presente que antes se afirmou que a Resolução da Assembleia da República “ficou no papel”, com prejuízo para a cidade de Portalegre e sua região, parece adequado utilizar o adágio popular seguinte: “Quando Maomé não vai à Montanha, vai a Montanha



a Maomé"! Algo, portanto, aconteceu, mas tudo continua por acontecer! O que faz ainda mais pena!

2 – Em 29 de Maio de 2019, foi aprovado o concurso para a requalificação das chaminés da “Fábrica da Rolha”, verdadeiros ícones da cidade de Portalegre, no valor de 120.000 Euros.

Entretanto, as pedras continuam, no seu desespero, a cair... e o seu ruído, na queda, continua a não ser ouvido, na cidade e fora dela!

## Texto 6 - Luís Carvalho

(Contributo recebido em 27 de Agosto)

O Alto Alentejo tem pela frente diversos desafios estratégicos, não só em função das debilidades e constrangimentos que o marcam (perda demográfica – menos 11.500 residentes, entre 2011- 2018; envelhecimento populacional – 27,3% da população com 65 ou mais anos, em 2018; débil e pouco competitivo tecido empresarial – 1,1% do total de empresas do país e volume de negócios por empresa, cerca de 40% abaixo da média nacional, em 2016; subaproveitamento do potencial de recursos endógenos e dificuldade em gerar valor acrescentado), mas também em função de um quadro de oportunidades que deve ser potenciado. Uma resposta adequada a estes desafios passa, em parte, pela capacidade de garantir a concretização de alguns investimentos públicos estruturantes (Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão, conclusão do IC13 e modernização do IP2 (privilegiando uma ligação qualificada entre a A23 e a A6), modernização e eletrificação da linha do Leste - incluindo a retificação do traçado e a criação de estação no centro urbano de Portalegre, execução de um programa integrado de proteção, promoção e valorização do Parque Natural da Serra de São Mamede, execução de um programa sub-regional de reabilitação de infraestruturas de abastecimento para aumento da eficiência hídrica, ampliação e modernização do hospital distrital e reforço das suas especialidades e do quadro de recursos humanos, ...). Mas passa sobretudo por garantir uma nova abordagem, mais integrada e robusta, para o Alto Alentejo, por parte do Poder Central e, inevitavelmente num quadro de exiguidade de recursos públicos nacionais, pela capacidade de aproveitar de forma eficaz os financiamentos comunitários. O Programa

Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) definiu, e bem, o Alto Alentejo como um dos territórios-críticos de intervenção, face às vulnerabilidades, oportunidades e desafios-críticos que apresenta. O Estado português tem o dever de fazer escolhas (difíceis) e definir prioridades. Só através de uma efetiva discricionariedade positiva do Alto Alentejo, podem ser invertidas tendências e garantida a coesão nacional. O mapa dos territórios de baixa densidade beneficiários de medidas de diferenciação positiva no âmbito do Portugal 2020 (e que foi apropriado pelo Programa Nacional para a Coesão Territorial), resultante da Deliberação 55/2015, da CIC PT2020, abrange 165 Municípios e 74 freguesias do território de Portugal Continental, cobrindo 59% dos Municípios, 21% da população do Continente e 75% da superfície continental. Esta extensão territorial, promovendo a dispersão dos montantes financeiros disponíveis, inviabiliza uma intervenção mais robusta, focada, integrada e multidimensional, em territórios que efetivamente carecem de maiores apoios e de discricionariedade para conseguir uma resposta adequada às suas vulnerabilidades e oportunidades, como é o caso do Alto Alentejo. Por outro lado, o principal fundamento da política territorial deve assentar no facto que os territórios possuem características diferenciadas, ou seja, que a promoção do desenvolvimento de cada um, exige por parte dos poderes públicos a tomada de medidas de políticas diferenciadas (não obstante algumas experiências interessantes, a padronização de estratégias, recursos e modelos de governação, continuam a marcar as políticas territoriais). Hoje, mais do que nunca, é necessária uma visão integrada para o país, de combate às assimetrias regionais, de promoção da coesão territorial e social, capaz de gerar oportunidades e encontrar as melhores soluções para garantir atratividade e competitividade aos territórios desfavorecidos, como é o caso do Alto Alentejo. Três dimensões são estruturantes neste caminho: i. a diminuição das assimetrias regionais só será efetivamente possível se envolver investimento seletivo, qualificador e orientado para os recursos endógenos de cada território; ii. a coesão territorial na formulação de políticas públicas deve centrar-se, sobretudo, em sinalizar, robustecer e potenciar as características de cada território; iii. a ação pública tem de ser diferenciada, tratando de forma diferente territórios que são estruturalmente distintos. No início deste ciclo, mais do que revisitar abordagens e estratégias antigas e de lhe conferir continuidades “naturais”, o Alto Alentejo deve ter a oportunidade, a autonomia e a capacidade de desenhar uma estratégia de desenvolvimento ambiciosa, inovadora,

ajustada e adequada às suas características e necessidades, sem “amarras” padronizadas/centralizadas, atribuindo-lhe os recursos suficientes para a executar. Logicamente que na preparação do período de programação 2021-2027 deverá ser promovido o processo de planeamento estratégico a esta escala (NUTS III), que atenda ao quadro de prioridades europeias e às condicionalidades regulamentares associadas à Política de Coesão, que considere o quadro de prioridades e metas das diferentes políticas sectoriais nacionais, que atente a um processo de planeamento intermunicipal de provisão de serviços sociais de interesse geral (educação, saúde,...) em estreita articulação com o planeamento do sistema de mobilidade sub-regional, mas deve ter sobretudo como abrangência estratégica e operacional, os domínios considerados chave para o desenvolvimento do nosso território, deve partir de uma visão e de uma ambição que a todos nos mobilize e nos gere um sentimento de pertença coletiva. O debate centrado em dualidades geográficas de coesão, norte-sul / litoral-interior, deve ser evitado ou secundarizado, centrando-se antes na sinalização de diferentes interiores, cuja sustentabilidade demográfica e económica dependem de processos de convergência e de atratividade (competitividade), bem pensados, desenhados e operacionalizados. Para isso precisamos de ter as ferramentas para garantir à população que reside ou pretende viver no nosso território, mecanismos de equidade e qualidade no acesso às funções do Estado, mecanismos diferenciados e robustos que gerem capacidade de investir e empreender, de gerar emprego e riqueza. Atrair e fixar talento, recursos qualificados, garantindo qualidade de vida nos diferentes ciclos de vida, só será possível através de novas abordagens integradas, ações experimentais, de recursos financeiros significativos. O Estado não pode sobrepor-se às decisões individuais de residência dos cidadãos e de fixação das empresas, mas deve criar as condições de contexto para assegurar atratividade e qualidade de vida a quem decide investir, trabalhar ou residir no Alto Alentejo. O Alto Alentejo tem também um enorme desafio nos próximos anos, face à atual estrutura demográfica: aprender a envelhecer primeiro e melhor que as restantes regiões nacionais e europeias. Contudo, pelas suas especificidades, é difícil escolher boas práticas para replicar, sendo necessário desenhar abordagens experimentais para inovar, com eficácia e eficiência. Esta realidade, interfere com todo o sistema territorial e com as opções de mobilidade, de provimento dos serviços públicos e, conseqüentemente, nos desafios que se colocam ao nível da gestão/transição tecnológica para a prossecução

destes objetivos. Por outro lado, afigura-se determinante estruturar o desenvolvimento urbano, com base nos apoios comunitários a disponibilizar no próximo ciclo, em função da necessidade de promover um verdadeiro processo de policentrismo à escala nacional, sub-regional e local, reforçando o papel da hierarquização da rede urbana a essas escalas e, conseqüentemente, contribuindo como fator de coesão territorial. Assim, o desenvolvimento urbano deve ser operacionalizado a 3 escalas, podendo a cada escala corresponder uma tipologia diferenciada de instrumento de apoio, com montantes financeiros correspondentes à sua função e importância. Portalegre, deve posicionar-se e ser enquadrado em todos eles, a saber: i. à escala nacional, potenciar o seu papel enquanto motor do desenvolvimento regional e de competitividade e de internacionalização do país; ii. à escala sub-regional, garantindo uma maior eficiência na provisão dos serviços de interesse geral à população do Alto Alentejo através de uma maior articulação da sua capitalidade (concentração de serviços) a uma correta estruturação e planeamento da mobilidade e acessibilidades sub-regionais; iii. à escala intra-urbana, concentrando esforços na regeneração urbana, social, económica e ambiental de espaços prioritários, em que o Município, juntamente com as comunidades locais, possa liderar e articular instrumentos territorializados. Assim, deve diferenciar-se positivamente Portalegre, no espaço da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), assumindo-se como o Centro Urbano Regional deste território, fundamental para estruturar o sistema urbano nacional, e atribuindo-lhe instrumentos integrados de desenvolvimento urbano, com um volume de financiamento mais significativo. A proposta de Regulamento da CE para 2021-2027, aponta para cinco objetivos temáticos (OT) sendo privilegiados na alocação de recursos de financiamento, a inovação/digitalização/apoio ao tecido empresarial - 45% do financiamento; a descarbonização - 30%; e, o desenvolvimento urbano sustentável - 6%. Por outro lado, a abordagem do OP5 - uma Europa mais próxima dos cidadãos, vem introduzir um horizonte novo e promissor, abrindo a possibilidade de Portugal desenhar novos instrumentos, com geometrias variadas e com capacidade de mobilizar montantes e tipologias dos restantes OP. Esta maior capacidade de intervenção territorial (potencial, se bem aproveitada), deve gerar novas escalas e novos modelos de governança, novas oportunidades para autocentrar nos territórios-críticos verdadeiras opções de discricionariedade positiva e de resposta às suas especificidades. Em função de velhos e novos desafios, para a promoção da coesão territorial e para o

desenvolvimento do Alto Alentejo, necessitamos de construir a nossa Estratégia, a nossa abordagem de desenvolvimento regional e local, o nosso quadro de referência para os investimentos estruturantes que o território necessita e que nalguns casos permanecem adiados há décadas, “sem amarras” pré-estabelecidas, com inovação e ambição. Precisamos que o Estado reconheça, como consagrado no PNPOP, que o Alto Alentejo é um território-critico e que merece uma efetiva discricionariedade positiva (recuperando uma certa lógica, bem conseguida e com resultados positivos, dos anos 90, com a Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano e a Ação de Valorização do Norte Alentejano, mas mais vocacionada para a convergência e para a atratividade/competitividade) atribuindo-lhe um instrumento específico, integrado, robusto financeiramente, cuja arquitetura corresponda à matriz de especificidades, necessidades e ambições do nosso território. Com base na dimensão do OP5, deixem-nos ousar fazer diferente. Assim, exige-se que o Ministério da Coesão Territorial, o Ministério do Planeamento e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) permita à CIMAA construir o seu próprio instrumento (sucedâneo do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial), diferenciado, robusto financeiramente, orientado para o desenvolvimento do nosso território, com base nas nossas especificidades, necessidades, prioridades, opções e ambições, que possa ser liderado pela CIMAA, em parceria com as empresas, com a Administração Central, com o Instituto Politécnico, com as Entidades do Terceiro Setor, em estreita articulação com a CCDRA. Exige-se, igualmente, que seja criado o enquadramento contextual/regulamentar para que se possa, de forma complementar à abordagem formal (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIMAA e “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial”), desenhar abordagens/instrumentos experimentais e aplicáveis a territórios não formais (novas geografias intra-CIM), onde se identifiquem territórios piloto para resolver questões estruturantes e impactantes do desenvolvimento (pe. envelhecimento/provisão de serviços, neutralidade carbónica/energias renováveis) ou que estejam orientados, especificamente, para valorizar ativos e recursos endógenos (pe. Serra de São Mamede), com modelos de governação específicos. É ainda fundamental que, no âmbito deste(s) novo(s) instrumento(s), possam ser desenvolvidas múltiplas intervenções-piloto, em múltiplos domínios (pe, no domínio do agroalimentar, do turismo de natureza, da cooperação interregional e transfronteiriça, da I&D). Finalmente,

exige-se um maior reconhecimento da Cidade de Portalegre como Centro Urbano Regional, determinante para a estruturação do sistema urbano nacional, conferindo-lhe instrumentos integrados de desenvolvimento urbano, que permitam atuar a diversas escalas e com objetivos diferenciados e multiescalares, dotados de volumes de financiamento muito significativos.

## Texto 7 - Luís Mota Figueira

(Contributo recebido em 11 de setembro)

**Ideias/medidas consideradas importantes para a Região de influência do IDECI: desenvolvimento social e crescimento económico (2020-2030)**

### Introdução

Numa perspetiva preditiva, mas ancorada numa análise da realidade concreta que as Pessoas, as Organizações e os Territórios enfrentam neste momento, apresenta-se um quadro de ideias e eventuais medidas, por solicitação do IDECI baseado no texto de base, conforme segue com os seguintes acrónimos: I – ideias; M – medidas; MR – medidas resultantes.

### 1. Da industrialização

I - Se Portugal sempre esteve numa posição de seguimento aos grandes eventos industriais que na Europa e no Mundo se foram realizando até ao aparecimento das novas tecnologias decorrentes da 3ª revolução industrial, consta-se que a capacidade de incorporação de valor tecnológico, não exigindo grandes concentrações de matéria-prima, constitui um primado para as últimas décadas da produção industrial portuguesa. Os portugueses adaptaram-se bastante bem às designadas Novas Tecnologias e a *Web Summit* é, entre muitos outros, exemplo dessa competência nacional.

M – Refletir sobre como na Região, se processou a 1ª revolução industrial (vapor), bem como a 2ª revolução industrial (eletricidade), a 3ª revolução industrial (computador) e a

atual e 4ª revolução industrial (digitalização) e, ainda, a que alguns investigadores asseguram de 5ª revolução industrial (inteligência artificial), poderá induzir memoriais tecnológicos de indústrias tradicionais que, compatibilizáveis com a industrialização e reindustrialização em curso, mercê da globalização económica, coloque a Região numa posição geoestratégica capaz de, com massa crítica adequada, competir na procura de investimento externo e na melhoria das cadeias de gestão tanto da administração pública, quanto da iniciativa empresarial e, extremamente relevante em zonas de despovoamento continuado, em processos de produção local sob iniciativa da economia social e suas lideranças.

MR – encontrar um *Modelo de Interação da Administração pública-Iniciativa privada-Terceiro setor da economia (economia social)* que contemple a recuperação de indústrias tradicionais viáveis mas, com maior presença, acompanhe as derivas da economia global (atuais e pós-pandemia) gerando oportunidades de concretização das intervenções digitais em extensão e da inteligência artificial em modo de «vanguarda regional de percepção e ação territorial, social e económica).

Criar literacia digital será um desígnio estratégico para a Região.

## 2. Das infraestruturas e da transição digital

I – numa abordagem multissetorial, a identificação das melhores competências industriais, tanto tradicionalmente inventariadas, como inventariáveis, cruzada com as **visões seguras sobre a relação custo-benefício para os investimentos estáveis e alavancadores de novas indústrias**, carece de um esforço de concertação institucional e da aposta na empregabilidade como fator de estabilidade para os residentes e de atração para os talentos que forem possíveis de fixar na Região. Mobilidade e acessibilidade rodoviária, ferroviária e aérea intrínsecos da Região ou em que a Região tem papel relevante é outra preocupação de uma agenda desenvolvimentista

. Atrair Talentos implica concentrar na Região estruturas tecnológicas fortes, tolerância institucional e concertação de interesses públicos e privados (superiores aos interesses de grupo) e, igualmente, religar Tradição e Modernidade, apostando na «espessura histórica» tangível e intangível e sua utilidade social, ambiental

e económica. A aposta no turismo patrimonial e desenvolvimento regional é outra linha de afirmação que, continuando as pré-existências, agrega mais valor à notoriedade atual da Região.

M – a criação de agentes territoriais competentes e felizes é o desiderato proposto: nessa lógica, viver na Região deve significar viver num espaço natural excecionalmente naturalizado (o interesse na conservação do património natural é relevante e deverá ser persistentemente procurado, em processos colaborativos institucionais) e num ambiente onde a criatividade se sente nas vivências (tirando-se partido das características culturais próprias e antepor a cultura local contemporânea aos «modismos» e aos projetos inconsequentes e efémeros. Nesta dimensão, **a qualificação das diversas faixas etárias é o ponto crítico de intervenção** que, para ser bem sucedida exige uma constante «concertação regional em fórum permanente»

MR – estabelecer as bases para a reabilitação das Artes e Ofícios tradicionais num plano de igualdade operacional com as Indústrias Digitais, bem como as Indústrias Culturais e Criativas onde as Artes e a Investigação Histórica, Sociológica, Arqueológica, Estética, etc., possam alinhar-se numa **linha de modernização e habilitação de competências dos residentes e dos que trabalham na Região, sem esquecer a linha paralela da Internacionalização**. Eventos culturais que consigam arrastar as produtividades de «produtos da terra» numa dimensão de produção, escoamento e comercialização em cenário Tradição-Contemporaneidade, é objetivo alcançável e superável perante o modelo de promoção desligada desta estruturação agregadora de pessoas e de organizações que carregam contributo para a Cadeia de Valor da Região.

### 3. Das particulares necessidades do território

I – mapear, quantificar e hierarquizar as ligações rodoviárias e ferroviárias mais premente e historicamente em falta deverá ser uma ação globalmente orientada à Região e às divisões administrativas sob alçada da CCDRALentejo numa **assunção de compromissos e concertações estratégicas sobre as decisões do Estado central em confronto com a missão da comissão de coordenação e desenvolvimento regional** que, no cenário de eleição da



sua liderança por escrutínio municipal é oportunidade a ser aprofundada pela visão e prática institucional do IDECI.

M - como o documento aponta “... é imprescindível a ligação de Portalegre por auto-estrada às já existentes A6 e A23, permitindo a esta cidade ligar-se à rede de auto-estradas de Portugal.” e “Em termos de ferrovia é necessário a adequação da linha do leste para a instalação de um inter-cidades entre Elvas e as grandes metrópoles de Lisboa e do Porto. A criação de uma ligação Elvas – Portalegre - Ponte de Sôr – Abrantes - Entroncamento para Lisboa e para o Porto será sem dúvida um dos passos mais importantes para o desenvolvimento tão desejado.”. Numa lógica consequente, há ações que deverão ser encetadas com o objetivo de **divulgar, sedimentar e propor que a mobilidade e a acessibilidade dentro e no entorno da Região constitua o nervo que estrutura toda a energia social necessária para a transformação** que esta nova era exige.

Colocar qualquer Pessoa da Região em contacto com as linhas estratégicas propostas, sem exclusão, significa, por isso mesmo, que a divulgação «boca a boca» associada ao marketing relacional e emocional (que a atividade turística muito utiliza) capacita essa pessoas e todas as restantes pessoas: esta é, sem dúvida uma questão que suscita a publicitação do IDECI numa planificação que lhe permita entrar no tecido social de modo natural e, nesse processo, recolher dados que da cultura tácita e da cultura explícita muito poderão contribuir para consolidar, regionalmente, a Imagem e os Valores do IDECI.

MR – A capacitação das Pessoas nas dimensões sociais, profissionais e emocionais é um objetivo alcançável se, porventura, **se se compaginarem as opções de medidas de política do Estado central com as estratégias que a Região conseguir estabelecer face ao contexto global e europeu que coloca possibilidade e limites a essas opções**. Formação para a Cultura do emprego e da reindustrialização, para a Cultura das expressões artísticas, para a Cultura da investigação, ensino e ciência, para a Cultura ambiental, para a Cultura económica, para, em suma, a Cultura Local que, agregando as restantes, se imporá distintivamente, aliás na senda do que hoje o núcleo Portalegre concita no seu raio de influência territorial, política e económica.

Um **Fórum Permanente IDECI para o Desenvolvimento Sustentado** ou equivalente faz sentido como proposta.

## **Texto 8 - Luiz Oosterbeek**

**(Contributo recebido em 15 de outubro)**

O artigo “É possível”, publicado no jornal, apesar de um tom algo pessimista, alertava bem para o que deve ser a agenda principal de todos os que se revêm num conceito humanista de vida em sociedade.

Um pouco mais tarde, o Presidente do IDECI, Professor Faria Paixão, chamou à atenção para as lacunas na logística do interior, e em particular para os vertentes rodoviária e ferroviária que, de alguma forma, limitam a fluidez da mobilidade de e para Portalegre.

Uma enorme pressão de pequenas “urgências” com que este ano académico está a recomeçar impediu-me, até hoje, de reagir como queria a estes contributos. Peço desculpa por isso, o que em todo o caso me deixa na posição, desagradável mas vantajosa, de escrever quando, infelizmente, a segunda ou terceira vaga da pandemia se instala, de forma crescente.

Creio que os dois textos de agosto, acima referidos, assinalaram muito bem as balizas em que se deve estruturar o debate: compreender que as dificuldades sanitárias ou económicas só encontrarão resposta numa recuperação de valores humanistas, em que a solidariedade é palavra central; e, em decorrência disso, qualquer plano de futuro não pode apenas “correr atrás do prejuízo”, tendo de assentar numa visão de futuro na qual as palavras coesão e transformação são essenciais.

É neste plano que, para além das sugestões já feitas no plano logístico, me parece que importará aprofundar a reflexão.

Vivemos hoje, à escala global e de forma muito agravada em Portugal, as consequências de um triplo erro: a aposta sucessiva em monoculturas (os cereais, o eucalipto, o turismo); a consideração de que o modelo de crescimento apoiado na ligação entre exportações e serviços (de que o turismo é o principal exemplo, esquecendo que os serviços resilientes são, apenas, os de proximidade); a desconsideração do plano cultural

(aplicando a mesma receita a todos os países e regiões – e aplicando Portugal, aos territórios de baixa densidade, o que outros países europeus aplicam a Portugal).

Por isso, o que Portugal e a Europa precisam é da consideração de uma estratégia que pense uma economia não apenas diferente nalguns conteúdos (o hidrogénio em vez do carvão, etc.), mas de um modelo de globalização distinto, assente nas comunidades de base territorial. Sabemos que só a globalização pode reduzir as desigualdades e a pobreza, mas tal só ocorrerá se houver a capacidade de não lhe pedir que seja eficiente “em tudo” – a globalização é, sobretudo, um instrumento de paz (o que ajuda a saúde e a economia), mas não é um instrumento de desenvolvimento humano (que requer, sempre, a consideração da dignidade da pessoa humana, e essa só existe na escala da proximidade).

Seria interessante o IDECI promover esse debate, se acharem que tem sentido,

Um abraço e obrigado ao Prof. Faria Paixão pelas instigantes intervenções!

## Texto 9 – Maria Helena Freire e Mário Freire

(Contributo recebido em 16 de outubro)

### **SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PORTALEGRE E REGIÃO**

1. Pôr em funcionamento a Linha de Leste de maneira a ser utilizada como comboio intercidades.
2. Construção da estação ferroviária da Linha do Leste na Zona Industrial de Portalegre.
3. Ligação rápida da cidade de Portalegre à A23 e/ou A6
4. Recuperação das casas degradadas do soco histórico de Portalegre.
5. Encontrar maneiras de recuperar as casas antigas senhoriais, brasonadas de Portalegre.
6. Criação de um parque de estacionamento subterrâneo que possa dinamizar a zona histórica da cidade de Portalegre.

7. Recuperar o património industrial da Fábrica Robinson, de modo a constituir-se um museu sobre a transformação da cortiça.
8. Apoiar a Manufatura de Tapeçarias de Portalegre de modo que ela, sendo um património único em Portugal, **está à beira da extinção**.
9. Formação de guias turístico-ambientais da Serra de S. Mamede que possam dar a conhecer a riqueza ambiental da Serra de S. Mamede.
10. Existência de comboios turísticos, à semelhança de outras localidades, que permitam fazer percursos turísticos, guiados, na Serra de S. Mamede.
11. Recuperação da ermida-mosteiro beneditino da Serra de S. Mamede, freguesia do Reguengo, fundado no século VI ou VII. Encontra-se actualmente em ruínas.
12. Recuperação dos antigos fornos de cal, nas Caleiras da Escusa, de grande importância no século passado. Estes fornos destinavam-se à produção de cal a qual se destinava a abastecer a região, assim como outras regiões do País.

## Texto 10 – Sérgio Campos

### Metodologia para debates \*

(Contributo recebido em 7 de outubro)

Perante os novos desafios que se cruzam ao interior do país, mais concretamente em Portalegre, será necessário sensibilizar todos os envolvidos sobre a importância estratégica do plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030, com a aplicação de 45,1 mil milhões de euros nos próximos sete anos. Numa visão pragmática, penso ser necessário percorrer diversas etapas, cita-se: efetuar um diagnóstico assertivo; definir prioridades e criar mecanismos que permitam canalizar informações. Nesta argúcia, propõe-se a criação de incitativas assentes em três dimensões. (i) Apresentação de uma bateria de indicadores específicos do contexto em que o município de Portalegre se insere, através de uma sessão pública, com oradores especialistas nas temáticas selecionadas. (ii) Criação de uma plataforma onde estejam representados, ao mais alto nível, decisores com capacidade de influenciar e facilitar/agilizar a ação, operacionalizando o investimento, tendo em vista o plano económico para Portugal na

próxima década, cita-se: CCDR; CIMA; IPP, Edil, deputados eleitos pelo círculo eleitoral do distrito de Portalegre, entre outros. (iii) Sessão de esclarecimento ao setor empresarial, bancário e à sociedade civil sobre o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030, com ênfase na aplicabilidade dos fundos para os próximos sete anos e das transformações estruturais vindouras.

*\* A proposta aqui feita não pôde ser desencadeada, como se desejava, face aos constrangimentos provocados pelo plano de contingência em vigor, acentuados com o incremento de casos de infeção registados recentemente, em Portalegre.*